

A nota 3 e a pós-graduação (re)conhecida na UFMT
Coordenadora: Flávia Maria de Barros Nogueira (1998 – 2000)

Esta fase foi caracterizada pela defesa de dissertação dos primeiros bolsistas, cumprindo rigorosamente o prazo limite de 30 meses definido pela CAPES e pelo Regimento Interno do PPG daquele período. Este foi um enorme avanço qualitativo, pois pela primeira vez formávamos mestres que se dedicaram integralmente ao curso.

O tempo médio de defesa, porém, não caiu imediatamente. Primeiro porque ainda existiam não bolsistas com vínculos empregatícios, mas, também, porque a maioria não tinha um orientador definido no momento da matrícula. Esta sistemática de seleção prejudicava o desenvolvimento do curso, porque os estudantes, em geral, demoravam muito para definir seus projetos e para dar início aos trabalhos de campo e laboratório. Isto mudou a partir da seleção da turma de 1997, quando as inscrições passaram a ser aceitas apenas se estivessem acompanhadas de documento formal assinado pelo provável orientador, concordando com a orientação e definindo o tema da dissertação. Além disso, o número de bolsas aumentou e a desistência caiu de 25% para 6%, com bolsas que chegaram a atender quase 90% dos matriculados.

Porém o problema do baixo índice de produção científica permanecia. Os professores publicavam pouco porque, em sua maioria, sentiam-se sobrecarregados com as atividades docentes e administrativas que aumentaram: passaram a coordenar e executar vários projetos de pesquisa com diversas fontes de financiamento, além de dar o devido suporte aos colegas que continuavam se afastando para qualificação. Agravando o quadro, muitos dos mestres formados no Programa, por sua vez, não priorizavam a publicação de seus estudos - ou por se envolverem em outras atividades profissionais ou por falta de iniciativa e cultura de publicação. Para melhorar o índice de publicações, a coordenação não só chamava continuamente a atenção para as regras cada vez mais rígidas da CAPES, mas também promoveu uma nova ação de descredenciamento. Se no primeiro movimento a maior parte dos descredenciados era de fora da Universidade, neste segundo momento o descredenciamento se deu, principalmente, com foco nos professores de outras unidades da própria UFMT. Muitos destes colegas tinham bons níveis de publicação, mas não na área de concentração do nosso PPG, o que não ajudava na nossa avaliação. O DATACAPES, sistema de coleta que substituiu o EXECAPES, trazia com muita clareza indicadores e recomendações, especialmente sobre o necessário vínculo entre projetos, orientações e publicações. Recebemos nesta época - 1998 - a nota 3; havia, portanto, muito trabalho a ser feito.

Mas com a nota 3 veio também o PROAP, uma grande vitória, que por pouco não perdíamos na complexa rede burocrática da instituição que ainda desconhecia o

significado da pós-graduação. Como a pós-graduação ainda não era compreendida por muitos na esfera administrativa, o recurso que vinha da CAPES caía na chamada "Conta Única" e era imediatamente utilizado para saldar compromissos outros da instituição. Um longo período de diálogo foi necessário para que se compreendesse a necessidade de garantir este recurso para as coordenações, porque do contrário, o pequeno avanço resultaria em enorme retrocesso. Sem o recurso não poderíamos, por exemplo, trazer membros externos para as bancas de defesa.

Apesar das dificuldades, o biênio foi muito rico em termos de avanços para a pesquisa. Dois grandes projetos integrados se destacam nesta época: o Projeto Ecologia do Pantanal (segunda fase da cooperação com a Alemanha, agora no contexto do Programa SHIFT-CNPq/IBAMA/DLR, executado pelo IB/UFMT e pelo MPI, Alemanha - que inclusive disponibilizava bolsas aos mestrandos) e o Projeto Sinop (no contexto do Projeto Norte de Pós-Graduação, executado pelo IB/UFMT).

Um fato marcante foi a decisão de "abrir" o Programa, isto é, de mostrar à UFMT, às outras instituições e à sociedade, de modo geral, o que éramos e o que fazíamos, quais eram nossas dificuldades e como nos esforçávamos para superá-las. Nesta linha, decidimos fortalecer uma iniciativa que acontecia desde 1996, o chamado *Seminário Anual de Acompanhamento de Atividades dos Alunos Matriculados*. Para tornar mais rígido este acompanhamento, convidamos membros externos para que, ao lado dos professores orientadores, os temas das dissertações e teses fossem discutidos. Quando necessário, recomendações eram feitas em comum acordo com os orientadores.

Também no sentido de expor mais nossos resultados e nossos desafios, promovemos com os outros três programas de pós-graduação da UFMT na época, o inédito *I Fórum de Debates sobre os Cursos de Pós-Graduação stricto sensu da UFMT*¹, trazendo a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para o debate. Este era, aliás, nosso principal objetivo. Organizamos três mesas redondas: A relação dos cursos de pós-graduação com governos e empresas; Políticas institucionais para os programas de pós-graduação e Integração pós-graduação-graduação. Contamos com a presença da CAPES, do CNPq, da FAPEMAT, das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, Agricultura, Saúde e Educação, além da FIEMT. A participação dos convidados externos, professores e estudantes foi definitiva para a aprovação de um documento final sobre as políticas a serem traçadas pela UFMT para a pós-graduação. Este documento histórico foi entregue ao Reitor pelos organizadores do evento.

¹ Dias 15 e 16 de setembro de 1998 - Organizadores: Paulo Teixeira de Sousa Junior (Coordenador do PPG Saúde Coletiva); Ivo Camargos (Coordenador do PPG Agricultura Tropical); Izumi Nosaki (Coordenadora do PPG Educação) e Flávia Nogueira (Coordenadora do PPG Ecologia e Conservação da Biodiversidade).